

A inserção de pessoas negras no alto escalão dos ministérios do Governo Federal

The insertion of black people in the upper echelons of federal government ministries

Olivia Cristina Perez

Doutora em Ciência Política pela USP. Professora da UFPI

Lucas Pereira Nunes

Graduando em Ciência Política pela UFPI

Libni Milhomem Sousa

Doutorando em Políticas Públicas pela UFPI. Professor do IFPI

Rogério de Oliveira Araújo

Doutorando em Políticas Públicas pela UFPI

Resumo: O presente trabalho aborda a presença de pessoas negras no alto escalão dos Ministérios do Governo Federal desde a redemocratização do Brasil (meados de 1985) até os dias atuais (2023). O objetivo da pesquisa foi mostrar a pouca inserção de negros/as na política institucional. Para tanto, consideramos as indicações ministeriais no primeiro ano do mandato de cada presidente e verificamos por meio de fotos ou autodeclarações a raça/cor dos/as Ministros/as. Os resultados mostram que a grande maioria dos Ministérios é ocupado por homens brancos, embora esteja havendo um avanço nesse sentido, ainda que negros/as ainda não tenham ocupado os ministérios centrais.

Palavras-chaves: Antirracismo. Movimentos Negros/as. Movimentos Sociais.

Abstract: The present work addresses the presence of black people in the high echelons of the Federal Government Ministries since the redemocratization of Brazil (mid 1985) until the present day (2023). The objective of the research was to show how little Black people are included in institutional politics. To do so, we considered the ministerial nominations in the first year of each president's term and verified, through photos or self-declarations, the race/color of the ministers. The results show that the great majority of the Ministries are occupied by white men, although there has been an advance in this direction, even though Black men and women have not occupied key Ministries.

Keywords: Antirascim. Black Movements. Social Movements.



1 Introdução

Conforme dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 43% da população brasileira se autodeclara branca, enquanto 56,1% da população se autodeclara preta e parda. Logo, a maior parte da população brasileira é negra, ainda que visivelmente ela não seja maioria na política institucional.

Embora os estudos sobre a presença de negros/as na política institucional sejam incipientes, análises como a de Sacchet (2012), D'Araujo (2013), Palotti e Cavalcante (2018; 2019) e D'Araujo e Petek (2018) mostram que a presença de negros/as em cargos do alto escalão do Governo Federal é proporcionalmente menor que as de pessoas brancas, ainda que desde aquela época parecia existir um avanço nesse sentido. Outros estudos que examinam as candidaturas de negros/as, a exemplo de Campos e Machado (2015, 2017), mostram que não haveria uma significativa sub-representação racial entre os/as candidatos/as, mas sim entre os/as eleitos/as. A sub-representação das pessoas negras além de evidenciar as consequências do racismo na sociedade brasileira, incide também sobre a qualidade de vida dessa população, uma vez que suas demandas acabam tendo mais dificuldade de chegar aos espaços de tomada de decisão (Mansbridge, 1999; Phillips, 1995; Dovi, 2002).

Contribuindo com esse campo, o presente trabalho aborda a presença de pessoas negras no alto escalão dos Ministérios do Governo Federal desde a redemocratização do Brasil (meados de 1985) até os dias atuais (2023). Para tanto, o texto responde a seguinte pergunta: como é a presença de negros/as no alto escalão do Governo Federal desde a redemocratização até os dias atuais em termos de números e proporção quando comparado a presença de pessoas brancas e quais Ministérios as pessoas negras ocupam? O objetivo da pesquisa é mostrar a pouca inserção de negros/as na política institucional, embora a pesquisa aponte um certo avanço nesse sentido, ainda que negros/as não tenham ocupado Ministérios centrais.

Escolhemos estudar a ocupação dos Ministérios por pessoas negras, dado Conforme dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), 43% da população brasileira se autodeclara branca, enquanto 56,1% da população se autodeclara preta e parda. Logo, a maior parte da população brasileira é negra, ainda que visivelmente ela não seja maioria na política institucional. Embora os estudos sobre a presença de negros/as na política institucional sejam incipientes, análises como a de Sacchet (2012), D' Araujo (2013), Palotti e Cavalcante (2018, 2019) e D'Araujo e Petek (2018) mostram que a presença de negros/as em cargos do alto escalão do Governo Federal é proporcionalmente menor que as de pessoas brancas, ainda que desde aquela época parecia existir um avanço nesse sentido.

Outros estudos que examinam as candidaturas de negros/as, a exemplo de Campos e Machado (2015, 2017), mostram que não haveria uma significativa sub-representação racial entre os/as candidatos/as, mas sim entre os/as eleitos/as. A sub-representação das pessoas negras além de evidenciar as consequências do racismo na sociedade brasileira, incide também sobre a qualidade de vida dessa população, uma vez que suas demandas acabam tendo mais dificuldade de chegar aos espaços de tomada de decisão (Mansbridge, 1999; Phillips, 1995; Dovi, 2002). Contribuindo com esse campo, o presente trabalho aborda a presença de pessoas negras no alto escalão dos Ministérios do Governo Federal desde a redemocratização do Brasil (meados de 1985) até os dias atuais (2023).

Para tanto, o texto responde a seguinte pergunta: como é a presença de negros/as no alto escalão do Governo Federal desde a redemocratização até os dias atuais em termos de números e proporção quando comparado a presença de pessoas brancas e quais Ministérios as pessoas negras ocupam?

O objetivo da pesquisa é mostrar a pouca inserção de negros/as na política institucional, embora os resultados apontem algum avanço nesse sentido, ainda que negros/as não tenham ocupado Ministérios centrais. Escolhemos estudar a ocupação dos Ministérios por pessoas negras, pois os/as Ministros/as são sujeitos políticos centrais no desenvolvimento de ações de orientação, coordenação e supervisão dos órgãos, além de

exercerem autoridade máxima na área específica sob sua jurisdição para diversas demandas do dia a dia (Palotti; Cavalcante, 2018).

Por isso, a construção da equipe ministerial do governo é um dos principais atributos à disposição dos presidentes para gerar decisões legislativas benéficas e proporcionar o alcance de suas preferências no que refere à agenda de políticas públicas (D'Araujo; Petek, 2018). Neste texto usamos o conceito de negro, conforme é definido pelo Estatuto da Igualdade Racial, a saber, como “o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (Brasil, 2015, p. 3).

Nesse sentido, não analisamos a presença de indígenas nos Ministérios, embora consideramos que essa é uma questão importante. Também não entramos no debate do colorismo - que reforça o fato de que pessoas negras sofrem mais preconceitos do que pessoas pardas. Para explicar a baixa presença dos negros/as na política institucional ou ainda o breve avanço nesse sentido nos últimos anos, o artigo adota como perspectiva teórica os trabalhos que versam sobre o racismo e a luta dos movimentos negros. Conforme um dos principais pensadores sobre o racismo no Brasil, Oracy Nogueira (1988), se compreendermos como o racismo atua, será mais fácil conscientizar a sociedade e, assim, encontrar maneiras mais adequadas e eficazes para combatê-lo.

Um dos esforços dessa luta tem sido a denúncia e desmistificação da ideia da democracia racial. Conforme o mito da democracia racial, não haveria racismo no Brasil já que negros/as e brancos/as conviveriam em paz, diferente da realidade de outros países.

Essa ideia serviu para a manutenção das desigualdades raciais e sociais no Brasil, inclusive para que não houvesse ações práticas no sentido da diminuição das desigualdades relacionadas à raça. Para combater essa inversão de significados, os movimentos negros têm mostrado por meio de dados estatísticos e indicadores sociais as desigualdades raciais nas mais diversas áreas da sociedade (Alvarenga, 2002; Paixão; Carvano, 2008; Gomes, 2017, 2020).

É nesse campo que se insere o presente artigo. É importante também destacar o avanço que os movimentos negros têm feito na compreensão e difusão de que as desigualdades têm relação com raça e que essa está imbricada com outras formas de opressão, a exemplo daquelas relacionadas ao gênero. Para conceituar o imbricamento das várias formas de opressão, têm sido usado o conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 2002). Guiados por esse ensinamento, verificaremos também quantos dos Ministérios ocupados por pessoas negras são destinados às mulheres.

Em termos gerais, Pereira e Pereira (2021) explicam que ao longo das primeiras décadas do século XXI os movimentos negros tiveram as seguintes pautas principais: a inclusão do debate identitário como instrumento de luta política; o questionamento do pensamento da branquitude; a ocupação mais expressiva do espaço político institucional; o protagonismo da mulher negra; o embate no campo universitário, tanto para a construção do saber antirracista, quanto para efetivação das políticas afirmativas; o debate sobre a necropolítica; além de uma maior interligação com os movimentos étnico-raciais transnacionais.

Dentre esses temas mais comuns na atuação recente dos movimentos negros, o foco desse artigo é a perspectiva de ocupação de cargos na política institucional. Dessa maneira, o artigo contribui com o debate sobre os limites da política institucional e ajuda a entender como a desigualdade de raça na política opera na prática.

2 Metodologia

A presente pesquisa qualitativa utiliza como técnica a análise documental. Nela, examinamos a inserção de pessoas negras no primeiro escalão dos Ministérios do poder Executivo Federal, desde a redemocratização do Brasil (meados de 1985) até os dias atuais. Consideramos apenas as indicações para Ministros, referente ao início do mandato de cada Presidente da República. Logo, ainda que os Ministérios tenham sido trocados, levamos em conta apenas as primeiras indicações dos presidentes.

Para levantar as nomeações mais antigas, recorreu-se aos acervos eletrônicos da Biblioteca da Presidência da República, do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV-CPDOC) e notícias em sites jornalísticos – Afropress, BBC, Diário do Estado, O Globo, El País, Metrôpoles, Nexo, Opera Mundi, Terra e Uol. Para dados mais recentes (Governo Jair Bolsonaro de 2019 a 2023 e o Governo Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2023) foram acessadas informações oficiais disponibilizadas nos sítios eletrônicos do Governo Federal.

Para verificar quais os/as Ministros/as eram negros/as, fizemos uma classificação racial com base nas fotos dos ocupantes dos cargos ministeriais, desde o Governo José Sarney, em 1985, até o mandato de Michel Temer encerrado em 2018. Para os dados que abarcam a gestão do governo Jair Bolsonaro (2019-2023) e o recente governo Lula, (iniciado em 2023) foram utilizadas as autodeclarações raciais que os/as atuais e ex-Ministros/as apresentaram publicamente em seus perfis eleitorais e sociais. Logo, são usadas como técnicas a autoatribuição de pertença ou a autoidentificação em que o próprio sujeito identifica o grupo ao qual se considera membro; e a heteroatribuição de pertença ou heteroidentificação, em que outra pessoa identifica o grupo ao qual o sujeito pertence. Por fim, foi feita uma identificação do gênero dos/as Ministros/as. Essa etapa de pesquisa teve o objetivo de desvelar a interseccionalidade, ou seja, o imbricamento das opressões relacionadas à raça e ao gênero.

2.1 Participação de pessoas negras nos espaços de poder

A população negra é sub-representada na política, como mostram os estudos sobre o tema. Investigando o perfil dos Ministros da Nova República, D'Araújo (2013) constata que os governos têm se constituído basicamente de homens brancos. A dificuldade é ainda maior para as mulheres negras. Por exemplo, ao estabelecer um perfil geral dos Ministros até o ano de 2018, Palotti e Cavalcante (2018) destacam que são em maioria homens brancos, com educação formal e idade entre 45 e

55 anos. Nesse sentido, é necessário considerar o quanto marcadores como raça e gênero incidem sobre as desigualdades na política.

Nesse debate, cabe retomar os ensinamentos da norte-americana Kimberlé Crenshaw (2002) e o conceito de interseccionalidade, entendido como a diferença dentro da diferença, já que a discriminação de gênero se amplia pela combinação com a discriminação racial e vice-versa. A ausência de representação que compõe a maior parte da população brasileira, nesse caso, pessoas negras e mulheres, acaba por violar as normas básicas relacionadas à equidade social, o que traz um impacto direto na qualidade democrática do país (Phillips, 1995; Mansbridge, 1999; Dovi, 2002).

Os estudos que tratam sobre o tema da representação política mostram que a apropriada representação oferece aos grupos historicamente segregados da política um significado social para a chamada habilidade de comandar (Mansbridge, 1999). O processo de exclusão da pessoa negra no Brasil é compreendido como um efeito do processo de escravização. Junto ao processo de escravização a própria ciência social contribuiu com visões de mundo que mascaram o racismo sob o discurso de uma suposta democracia racial (Conceição, 2019).

Somente com o avanço dos estudos raciais no país, a maneira como o racismo se desenvolveu passou a ser melhor compreendida, considerando a sua diferença em relação às manifestações do racismo em outros países de passado escravista (Nogueira, 1988). Nesse sentido, a luta das pessoas negras por inserção na política institucional se constitui em um campo no qual as dificuldades advindas do racismo se manifestam fortemente. Sacchet (2009) evidencia como as pessoas negras ocupam poucos espaços de poder na esfera política brasileira. Mesmo com o avanço das conquistas advindas dos movimentos negros em suas diversas pautas de atuação, a política institucional ainda se constitui em um campo movediço para as pessoas negras, no qual as conquistas estão sempre na iminência da perda (Gomes, 2020).

Os estudos do campo mostram que, "assim como outros espaços de poder e prestígio, a representação política é uma esfera majoritariamente branca no Brasil" (Campos; Machado, 2017, p. 125).

Não apenas a maioria dos representantes políticos são brancos, como a própria divisão dos cargos que cabem às pessoas negras evidencia formas de racismo. Segundo estudo recente os cargos que as pessoas negras têm ocupado nos primeiros escalões do governo costumam ser associados à questão racial, cultura e esporte, ficando as pastas ligadas ao orçamento de fora das pessoas “não-brancas” de um modo geral (Passarinho, 2018).

Para dar uma resposta ainda que limitada a esses problemas, houve uma reforma eleitoral aprovada pelo Congresso Nacional no ano de 2021 (Emenda Constitucional 111). A medida adotada pelo parlamento como forma de estimular a eleição de mulheres e negros/as para a Câmara dos Deputados, determinou que os votos direcionados às candidaturas de mulheres ou pessoas negras para o Congresso nas eleições ocorridas entre 2022 e 2030 serão computados em dobro quanto à distribuição dos fundos partidário e eleitoral. Por meio dessa medida, o recurso atribuído a candidatura de pessoas negras deve ser distribuído na mesma proporção do total de candidatos/as que se manifestaram pertencentes a esse grupo.

Diante da baixa presença de representantes da população negra na política brasileira, além dos projetos de lei na esfera política institucional tem se desenvolvido uma agenda de pesquisa que busca compreender os motivos da sub-representação dessa população (Araújo, 2001; Campos; Machado, 2015; Bueno; Dunning, 2017). Parte dessa agenda está dedicada a compreender quais as nuances presentes no cenário brasileiro que afastam a população negra da política partidária (Campos; Machado, 2015, 2017). Uma das nuances exploradas em vários desses trabalhos é a ausência de políticos negros/as eleitos/as no Brasil.

Por exemplo, Campos e Machado (2015), ao analisarem os resultados das eleições municipais do Rio de Janeiro e de São Paulo, constataram que não há uma significativa sub-representação racial entre os candidatos, e, sim, entre os políticos eleitos. Não havendo uma sub-representação nessas candidaturas, existiria outra razão para que, candidatos/as negros/as obtenham uma quantidade menor de votos do que os/as candidatos/as brancos/as. A conclusão de Campos e Machado

(2015) está ligada à maneira desproporcional das distribuições de recursos de campanha, disponível para os/as candidatos/as de diferentes raças. Outra explicação para a sub-representação política da população negra é o fato de que os/as candidatos/as brancos/as têm mais acesso a recursos para usar nas campanhas, o qual estão atrelados tanto a recursos próprios como aos recursos provenientes de doações de campanha (Bueno; Dunning, 2017).

Logo, os partidos têm investido em nomes que consideram com maior potencial para chegar ao Parlamento brasileiro, o que na prática se traduz em homens brancos, de uma faixa etária mais avançada e com influência no meio político. Para combater o racismo na política institucional, um dos principais líderes do movimento Coalizão Negra Por Direitos, Douglas Belchior, fez diversas denúncias em relação ao pouco espaço dado às pessoas negras nos partidos políticos. Ainda em 2018, quando era filiado ao PSOL, o ativista disse que o partido é racista e que “há um histórico de desrespeito desse partido com a construção do movimento negro em São Paulo” e que “o partido reproduz racismo ao não fortalecer de maneira igualitária as candidaturas negras” (Adorno, 2018, n. p). A esse respeito, Belchior publicou em sua rede social um pedido de esclarecimento ao partido solicitando informações sobre como o PSOL faria a distribuição dos recursos aos candidatos nas eleições de 2018 (Adorno, 2018).

Para Belchior, os partidos, mesmo sendo os de esquerda, reconhecem o tema racial, porém não abrem espaço na direção política, que ainda hoje é predominantemente branca; ou seja, não dão autonomia para intervenção política dos movimentos negros (Terra, 2022). Em parte, podemos compreender essa dificuldade de inserção pela lógica elitista que perpassa a formação dos partidos brasileiros.

Como argumentam Araújo e Perez (2021) em seus estudos sobre a rejeição da juventude aos partidos políticos, as estruturas partidárias se apresentam como espaços altamente hierarquizados nos quais aqueles que não possuem um perfil exigido acabam perdendo espaço. Se a luta dentro dos partidos já se apresenta como desafiadora para as pessoas negras, se inserir nos altos escalões dos governos é desafio ainda maior.

Nesse sentido, D'Araujo e Petek (2018) demonstram como as disputas pela composição dos Ministérios do Governo Federal demandam uma intensa pressão entre os grupos que atuaram para a eleição do mandatário. Algumas pastas tenderiam a ser mais fechadas para inserção de membros provenientes de movimentos sociais, tais como as ligadas à industrialização (D'Araujo; Petek, 2018).

A construção dos Ministérios envolve uma representatividade das forças políticas e sociais que barram a entrada desses atores políticos (Palotti; Cavalcante, 2018). Esse campo de forças é responsável por dar força aos governos e não necessariamente estão ligados às alianças no Congresso Nacional e à implementação de políticas públicas (D'Araujo, 2013). Por isso aspectos regionais, étnicos e religiosos, grupos de pressão e interesses de movimentos sociais também são levados em conta na alta ou baixa ascensão de pessoas negras aos Ministérios (Palotti; Cavalcante, 2018). Um exemplo desse jogo de influências na disputa por posições no Governo Federal foi o apoio dado pelos movimentos sociais, em especial pelos movimentos negros, à candidatura do presidente Lula nas eleições presidenciais de 2022.

A mobilização desses movimentos aproximou os movimentos negros do campo institucional, já que com a chegada do presidente Lula ao Executivo Nacional os movimentos negros passaram a reivindicar dentro da arena política uma cota de 30% dos cargos ministeriais para pessoas afrodescendentes. A iniciativa desses movimentos tem visado aumentar a representação de pessoas negras nos cargos do alto escalão do Governo Federal e em postos com mais recursos, além daquelas que são comumente direcionadas às pessoas desse segmento – Igualdade Racial e Cultura (Éboli, 2022).

3 A presença de negros/as nos Ministérios

Para examinar a presença de negros/as em cargos do alto escalão no Governo Federal sistematizamos os dados no Quadro 1 para apresentar quantos Ministros/as brancos/as e negros/as ocuparam o cargo de Ministro/a desde o período de redemocratização brasileira

(meados de 1985) até as últimas eleições presidenciais (2022). O objetivo desta etapa de pesquisa foi mapear quais os governos tiveram menor ou maior receptividade à inclusão de pessoas negras nos seus Ministérios.

Quadro 1. Relação de ministros por mandato no Governo Federal: interseção entre raça e gênero

Governos	Partido	Mandato	Ministros brancos/as	Ministros negros/as *
José Sarney	PMDB	1985-1990	27	-
Fernando Collor	PRN	1990-1992	14	-
Itamar Franco	PRN	1992-1994	28	-
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	1995-1998	26	1 (M)
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	1999-2002	27	-
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	2003-2006	32	1 (M); 2 (F)
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	2007-2010	33	2 (M); 2 (F)
Dilma Rousseff	PT	2011-2014	35	3 (M); 1 (F)
Dilma Rousseff	PT	2015-2016	38	1 (F)
Michel Temer	MDB **	2016-2018	23	-
Jair Bolsonaro	PSL-PL ***	2019-2022	22	-
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	2023-	27	6 (M); 4 (F)
TOTAL			340	23

Fonte: Elaborado pelos autores.

* (M) ministro homem; (F) ministra mulher

** O PMDB mudou o nome da legenda em 2017 para MDB.

*** Bolsonaro permaneceu no PSL até novembro de 2019. Em novembro de 2021, filiou-se ao PL.

O Quadro 1 mostra a presença majoritária de brancos/as ocupando cargos de ministros/as, chegando a ser a totalidade dos Ministros/as nos governos José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso 2, Michel Temer e Jair Bolsonaro. Em todo o período estudado de um total de 340 Ministros/as, apenas 23 Ministros/as são negros/as. Após o levantamento de os/as Ministros/as negros/as nas gestões passadas e na atual, identificaram-se os/as Ministros/as por Ministérios. Nesta etapa, verificou-se que há uma divisão entre Ministérios direcionados às pessoas brancas e aqueles vinculados às pessoas negras. Mostrando essa tendência, o Quadro 2 apresenta quais os Ministérios têm maior predisposição a serem ocupados por pessoas negras.

Quadro 2. Ministérios ocupados por pessoas negras no Brasil (1985-2023)

Governo	Mandato	Ministério	Ministro/a
Fernando Henrique Cardoso	1995-1998	Esportes	Edson Arantes do Nascimento
Luiz Inácio Lula da Silva	2003-2006	Ambiente	Marina Silva
		Assistência e Promoção Social	Benedita da Silva
		Cultura	Gilberto Gil
Luiz Inácio Lula da Silva	2007-2010	Cultura	Gilberto Gil
		Esportes	Orlando Silva
		Igualdade Racial	Matilde Ribeiro
		Meio Ambiente	Marina Silva
Dilma Rousseff	2011-2014	Educação	José Henrique Paim
		Esportes	Orlando Silva
		Igualdade Racial	Luiza Barros
		Transporte	Paulo Sérgio Oliveira Passos
Dilma Rousseff	2015-2016	Igualdade Racial	Nilma Lino Gomes
Luiz Inácio Lula da Silva	2023-	Casa Civil	Rui Costa
		Ciência, Tecnologia e Inovações	Luciana Santos
		Comunicações	Juscelino Filho
		Cultura	Margareth Menezes
		Direitos Humanos e da Cidadania	Silvio Almeida
		Igualdade Racial	Anielle Franco
		Integração e Desenvolvimento Regional	Waldez Góes
		Justiça e Segurança Pública	Flávio Dino
		Meio Ambiente	Marina Silva
		Previdência Social	Carlos Lupi

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme o Quadro 2, os Ministérios destinados às pessoas negras são majoritariamente nas áreas de Esporte, Meio Ambiente, Cultura e Direitos Humanos. Entre os chamados Ministérios de primeiro escalão,

tendo em vista os recursos e a influência política em outras pastas, temos apenas nos governos Dilma 1 e Lula 3 a presença de Ministros/as negros/as a frente de tais pastas, a saber: Educação, Casa Civil e Justiça respectivamente. Esse dado dialoga com o estudo de Passarinho (2018) que mostra que os Ministérios mais visados pelos políticos brasileiros são: Casa Civil; Educação; Minas e Energia; Saúde; Cidades e Planejamento. Em contrapartida, os menos almejados são: Igualdade Racial; Política para Mulheres; Esportes; Turismo; Cultura e Direitos Humanos. Na prática, isso mostra um tipo de racismo que aparentemente não é notado, que é a presença de pessoas negras nos espaços de poder, mas não nos espaços mais centrais.

Mais detalhadamente, conforme os dados dos Quadros 1 e 2, não houve negros/as no Governo Sarney, Collor, Itamar e no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. No início do governo Fernando Henrique Cardoso 1, apenas um Ministério foi ocupado por uma pessoa negra, Edson Arantes do Nascimento (Pelé), o qual não era filiado a nenhum partido e, que assumiu o Ministério dos Esportes. Porém, em 1998, Pelé renunciou ao cargo e, após sua demissão, o Ministério foi extinto (Andrade, 2022). Os governos mais neoliberais, por vezes interpretados como mais à direita, como foi o caso dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, tenderam a compor seu corpo ministerial com indivíduos de perfil mais tecnocrata: Palotti e Cavalcante (2018) destacam como esses mandatos deram pouco ou nenhum espaço a lideranças de movimentos sociais. A indicação de Pelé pode ser compreendida mais em relação a sua posição midiática como símbolo do futebol nacional do que como demanda dos movimentos negros.

A presença de negros/as nos Ministérios cresceu de forma tímida, apresentando algum aumento apenas durante os governos do PT. No início do governo Lula, em seu primeiro mandato, dos 34 Ministérios, três foram ocupados por pessoas negras: Benedita Silva no Ministério da Assistência e Promoção Social, Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente e Gilberto Gil no Ministério da Cultura (O Globo, 2023). Com 36 Ministérios, no segundo mandato de Lula contabilizamos a presença de quatro Ministros/as negros/as: Orlando Silva no Ministério dos

Esportes, Gilberto Gil no Ministério da Cultura, Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente e Matilde Ribeiro no Ministério da Igualdade. Em particular, a Ministra Matilde Ribeiro, que assumiu a Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR), foi derrubada do cargo em 2008 por usar irregularmente o cartão corporativo (Scolese; Cruz, 2008). Outro Ministro negro foi Orlando Silva que assumiu o Ministério dos Esportes em 2006, sendo posteriormente acusado de ser o chefe do esquema de desvio de dinheiro do Programa Segundo Tempo, no âmbito daquele Ministério (AfroPress, 2011).

No primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, quatro pessoas negras ocuparam os Ministérios: Luiza Barros no Ministério da Igualdade Racial, José Henrique Paim no Ministério da Educação, Paulo Sérgio Oliveira Passos no Ministério dos Transportes e Orlando Silva que foi mantido no Ministério dos Esportes. Este último assumiu o Ministério com o objetivo de assegurar uma rede de infraestrutura para a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão 2016.

Já no segundo mandato de Dilma, houve uma queda acentuada desse segmento, o qual contou apenas com uma Ministra negra, Nilma Lino Gomes, no Ministério da Igualdade Racial. Tal cenário da pouca representação de pessoas negras nos Ministérios se intensificou com o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff em 2016, evidenciando que apesar do espaço conquistado dentro de governos progressistas, a luta antirracista se constitui numa arena de constante disputa e que demanda constante vigilância dos movimentos negros (Gomes, 2020).

O Partido dos Trabalhadores, enquanto único partido de massa e com ligação aos movimentos sociais brasileiros, proporcionou uma maior incorporação de negros/as a cargos de poder no Governo Federal. Essa ação de inclusão morosa, mas progressiva, é paralisado pelo fim do governo Dilma diante de um processo de impeachment que coloca no poder um governo com compromissos mais conservadores e neoliberais (Souza, 2021). Como no governo Temer e, de modo mais acentuado, negros/as tiveram pouquíssima visibilidade no governo Bolsonaro.

Mesmo aqueles que foram nomeados acabaram por defender pautas no sentido contrário do que os movimentos negros/as abordam,

como pode ser verificado na atuação de Sérgio Camargo à frente da Fundação Palmares. Esse dado remonta às considerações de Alvarenga (2022), de que não basta que uma pessoa negra chegue a esses espaços de poder, é necessário que ela esteja vinculada as pautas dos movimentos negros para que a sua posição se reverta em benefícios para esse grupo social.

O caso de Bolsonaro merece ser mais detalhado. Mesmo quando ainda era deputado federal, Bolsonaro já demonstrava um discurso preconceituoso. Em 2017, o então parlamentar, falou em uma palestra que, “fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais” (Silva, 2020, n.p.). A eleição de Jair Messias Bolsonaro para presidente em 2018, operou sob um programa de governo altamente conservador e que dava sinais de práticas e pensamentos racistas desde o início da sua candidatura, como pode ser analisado nas declarações do então candidato Bolsonaro contra as diversas minorias, além de “atos falhos” no qual exibiu exposto racismo (El País, 2018).

Como prova desse comportamento racista, conforme sistematizado na Tabela 1, a equipe ministerial do governo Bolsonaro, no início do seu mandato, é formada somente por indivíduos que se autodeclararam brancos, totalizando 22 ministros. Ao longo do seu governo, teve apenas uma pessoa negra indicada para assumir um cargo no primeiro escalão, Carlos Decotelli, para o Ministério da Educação, no ano de 2020. No entanto, a nomeação de Decotelli se deu em meio a uma intensa troca de Ministros da Educação sob acusações de ingerência e abusos. Caberia a Decotelli melhorar a imagem do governo perante a crise ministerial instalada na pasta da educação, todavia, antes mesmo de tomar posse ele foi afastado por colocar informações falsas no currículo apresentado, não possuindo de fato as titulações que anunciava (Pires, 2020).

O referido Ministro, ao comentar sobre a sua rápida passagem pelo cargo, declarou que estaria sendo vítima de dois componentes – racismo e perseguição ideológica (Senra, 2020). Com a chegada de Lula ao poder em seu terceiro mandato, o cenário da pouca presença de pessoas negras em cargos no alto escalão dos Ministérios tem mudado. Com 37

Ministérios, 10 (27,2%) dos/as Ministros/as se autodeclararam como pessoas negras ou pardas. Quando comparado à gestão do Governo Bolsonaro, a eleição de Lula trouxe para o cenário 22,68% a mais de Ministros/as negros/as.

Em termos proporcionais, o governo petista aumentou em 27% a representatividade das pessoas negras no alto escalão do governo, enquanto na época da gestão Bolsonaro esse número era de apenas 4,3% (Mendes, 2023). No entanto, ainda que no governo petista a representação de pessoas negras tenha crescido, não podemos dizer que a participação das pessoas negras no alto escalão do governo federal será uma constante nas próximas gestões. Apesar de percebido um aumento de negros/as no terceiro mandato do presidente Lula, esse número ainda é baixo quando considerado a participação de Ministros/as brancos/as nos cargos do governo. Afinal, dos 37 Ministérios do governo Lula, 27 deles são formados por pessoas brancas. Com base nos dados é notória a presença de pessoas negras nos governos à esquerda quando comparados àqueles mais à direita.

Estudos como os de Palotti e Cavalcante (2018, 2019) já apontavam essa tendência ao evidenciar o alto grau de politização dos Ministérios petistas. Nesse sentido, nos governos petistas podemos observar um esforço maior para atender às diversas demandas na divisão do poder, considerando desde a base partidária até a base popular e sociocultural. Feito o levantamento dos/as Ministros/as por governo, buscamos também mostrar os dados relacionados ao gênero desses/as Ministros/as nos governos que tiveram a participação de pessoas negras. Com esse fim, a presente pesquisa atentou para o intercruzamento das clivagens relacionadas a gênero e raça.

Conforme o Quadro 1, dos/as 214 Ministros/as, 191 são pessoas brancas e 23 são pessoas negras. Das 23 pessoas que se autodeclararam negras, 11 são homens e 10 são mulheres. Mesmo observando que ainda é baixa a participação feminina no alto escalão, é importante considerar a proporcionalidade da presença feminina e masculina negra. A nomeação de mulheres pretas para cargos ministeriais tem relação com a iniciativa

dos governos do PT em aumentar a presença de mulheres em seus cargos, sob o influxo dos movimentos sociais feministas e negros.

Das 11 ministras escolhidas por Lula em 2023, 04 delas são mulheres pretas, o que fez esse governo atingir um recorde quanto ao número tanto de mulheres brancas como de mulheres pretas para cargos ministeriais. Quanto à presença de mulheres negras nos Ministérios, há um debate importante na academia sobre a interseccionalidade. Mesmo que os dados levantados apontem um equilíbrio quanto ao número de homens e mulheres negras no alto escalão dos governos, não se pode desconsiderar que as mulheres negras estão sujeitas a diferentes meios de opressões que intercambiam entre gênero e raça (Crenshaw, 2002).

Para Crenshaw (2002), a discriminação de gênero se amplia pela combinação com a discriminação racial e vice-versa. Dessa forma, gênero, raça, classe e outros marcadores sociais não atuam isoladamente, mas são indissociáveis, dificultando ainda mais o acesso a direitos por parte das mulheres negras e pobres. Podemos constatar esse dado ao avaliar que as mulheres que ocupam cargos ministeriais estão ligadas a pastas menos visadas pelos partidos como: cultura, igualdade racial, meio-ambiente e ciência e tecnologia. No terceiro governo Lula apenas dois Ministérios entre os mais disputados estão nas mãos de homens negros, sendo eles Casa Civil e Justiça e Segurança Pública.

Nota-se que, mesmo a presença de pessoas negras ter sido acentuada nas gestões do PT, considerado um partido progressista à frente do Governo Federal, é um desafio a inclusão e ascensão de pessoas negras aos cargos de poder. Tendo em vista o perfil da sociedade brasileira, o qual é uma população majoritariamente negra, a baixa presença de pessoas negras em posição de comando no governo expressa as condições e dificuldades estruturais que a sociedade inflige à pessoa negra no Brasil (Campos; Machado, 2017).

4 Considerações finais

Em uma análise mais geral, os dados da pesquisa mostram que o perfil dos políticos eleitos no Brasil continua sendo predominantemente

formado por homens brancos, o que para além da questão de raça há também uma problemática a ser debatida em relação ao gênero, visto a pouca presença de mulheres brancas ou negras nesses cargos. Além disso, há que se considerar que os dados sobre a maior ocupação dos cargos de pessoas negras escondem um outro tipo de racismo, mais velado, dados que as pessoas negras não ocupam ministérios mais visados. Em algumas agendas de pesquisas, gostaríamos de destacar a avaliação de como esses indivíduos autodeclarados/as negros/as atuam ao longo dos governos e como suas ações têm relação com as demandas dos movimentos negros/as. Destacamos a reflexão sobre como os movimentos negros/as atuarão nessa nova conjuntura política brasileira.

Na prática, consideramos que nesse campo é urgente debater como as gerações mais antigas, que ocupam os espaços de poder, podem se transformar conforme as demandas colocadas pelos movimentos. Aí está o desafio. Os movimentos têm um recado importante a respeito da origem das desigualdades sociais e de como solucioná-las. Para eles as desigualdades têm relação com o fato de que a maioria da população - considerando que mulheres, negras/os, LGBTQIA +, jovens e moradores de periferia não são minorias - não está incluída nas principais decisões que dizem respeito ao coletivo.

Com o argumento de lugar de fala, esses membros dos movimentos vêm forçando as gerações mais velhas a se abrirem para novas formas de agir e de pensar que pedem a democratização de todos os espaços de poder. Sugerimos que para avançar nesse embate as organizações devem ser mais inclusivas e horizontais. Isso requer que aqueles que ocupam os cargos de decisão se abram para grupos com os quais eles não estão acostumados a partilhar. Essa não é uma tarefa fácil. É preciso primeiro uma postura de abertura diante do que os movimentos têm a ensinar. Mas é preciso também uma transformação na prática, incluindo aqueles que até agora estão excluídos dos debates e das decisões coletivas.

Referências

ADORNO, Luís. Pré-candidato do PSOL diz que partido é racista e não mantém coerência. **Uol Notícias**, 23 de jul. 2018. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/23/pre-candidato-do-psol-diz-que-partido-e-racista-e-nao-mantem-coerencia.htm>. Acesso em: 07 fev. 2023.

ALVARENGA, Camila. "Racismo de Bolsonaro é planejado", diz Douglas Belchior. **Opera Mundi**, 02 mar 2022. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/20-minutos/73481/racismo-de-bolsonaro-e-planejado-diz-douglas-belchior>. Acesso em: 27 jan. 2023.

ANDRADE, Mariana. Lula baterá recorde de mulheres e negros nos ministérios desde a redemocratização. **Metrópoles**, 29 dez. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/lula-batera-recorde-de-mulheres-e-negros-nos-ministerios-desde-a-redemocratizacao>. Acesso: 11 fev. 2023.

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados: Revista de Ciência Sociais**, v. 44, p. 155-195, 2001.

ARAÚJO, Rogério de Oliveira.; PEREZ, Olívia Cristina. Antipartidarismo entre as juventudes no Brasil, Chile e Colômbia. **Estudos de Sociologia**, v. 26, n. 50, p. 327–349, 2021.

BRASIL. **Estatuto da igualdade racial**: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. 4. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BUENO, Natália Salgado; DUNNING, Thad. Race, resources, and representation: evidence from brazilian politicians. **World Politics**, v. 69, n.2, p.327–365, 2017.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não-brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.16, p. 121–151, 2015.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, p. 125-142, 2017.

CONCEIÇÃO, Alexandro Gomes da. O racismo no Brasil, o Movimento Negro e a Lei 10.639/03. **Revista África e Africanidades**, v. 12, n. 31, p. 01-19, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

D'ARAUJO, Maria Celina. Os ministros da Nova República – Notas para entender a democratização do Poder Executivo. *In*: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA – PAINEL 60, 2013, Brasília. **Política e administração**: continuidade e mudança dos governos [...]. Brasília, 2013, p. 01-38.

D'ARAUJO, Maria Celina; PETEK, Júlia. Recrutamento e perfil dos dirigentes públicos brasileiros nas áreas econômicas e sociais entre 1995 e 2012. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 5, p. 840–862, out. 2018.

DOVI, Suzanne. Preferable descriptive representatives: will just any woman, black, or latino do? **The American Political Science Review**, v. 96, n. 4, p. 729–743, 2002.

DOUGLAS Belchior: "O Movimento negro tem que ser a direção política do campo popular". **Terra**, 30 set. 2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/douglas-belchior-o-movimento-negro-tem-que-se>. Acesso em: 02 fev. 2023.

ÉBOLI, Evandro. Movimento que apoiou Lula quer cota para negros no primeiro escalão. **Metrópoles**. 17 dez. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/movimento-que-apoiou-lula-defende-cota-para-negros-no-primeiro-escalao>. Acesso: 06 fev. 2023.

GOMES, Nilma Lino. A força educativa e emancipatória do movimento negro em tempos de fragilidade democrática. **Revista Teias**, v. 21, n. 62, p. 360–371, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **IBGE**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>

MANSBRIDGE, Jane. Should blacks represent blacks and women represent women? a contingent "yes". **The Journal of Politics**, v. 61, n. 3, p. 628–657, 1999.

MENDES, Luiz. Governo Lula tem 27% de ministros negros ou pardos; Bolsonaro tinha 4,3%. **Diário do Estado**. 04 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://diariodoestado.com.br/governo-lula-tem-27-de-ministros-negros-ou-pardos-bolsonaro-tinha-43-234699/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MINISTÉRIOS de Lula em 2003, 2007 e 2023. **O Globo**, 02 jan. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/ministerios-de-lula-em-2003-2007-e-2023-compare-os-gabinetes-dos-tres-governos-do-petista.ghtml>. Acesso: 14 mar. 2023.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: Edusp, 1988.

O que Bolsonaro já disse de fato sobre mulheres, negros e gays. **El País**. 07 de outubro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html. Acesso: 06 fev. 2023.

PALOTTI, Pedro; CAVALCANTE, Pedro. Articuladores políticos e dirigentes da burocracia: ministros de estado no Brasil e em perspectiva comparada. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Eds.). **Burocracia e políticas públicas: interseções analíticas**. Brasília, DF: Ipea: Enap, 2018.

PALOTTI, Pedro; CAVALCANTE, Pedro. Estratégias de Nomeações Ministeriais: entre a política e as políticas públicas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 70, p. 01-20, 25 nov. 2019.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz (Org.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil, 2007-2008**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

PASSARINHO, Nathalia. Os ministérios mais cobiçados pelos políticos do Brasil, segundo pesquisa inédita de Oxford. **BBC**. 7 mar 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43218087>. Acesso: 18 fev. 2023.

PEREIRA, Aline; PEREIRA, Vantuil. Miradas sobre o poder: A nova agência política do movimento negro brasileiro (2004-2021). **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 88, p. 33-56, 2021.

PHILLIPS, Anne. **The Politics of Presence**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PIRES, Breiller. Ministro Decotelli cai por maquiar currículo e reforça pessimismo sobre o futuro da Educação. **El País**. 01 de julho de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-01/ministro-decatelli-cai-por-maquiar-curriculo-e-reforca-pessimismo-sobre-o-futuro-da-educacao-sob-bolsonaro.html> [consultado em 06 de fevereiro de 2023]

A PRESENÇA Negra no governo Dilma é a menor desde 2003. **Afropress**. 01 nov. 2011. Disponível em: <https://www.afropress.com/presenca-negra-no-governo-dilma-e-a-menor-desde-2003/>. Acesso: 07 fev. 2022.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Revista Opinião Pública**, v. 15, n. 2, p. 306-332, 2009.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista de Estudos Feministas**, v. 20, n.2, p. 399-431, 2012.

SCOLESE, Eduardo; CRUZ, Valdo. Ministra da Igualdade Racial cai por uso irregular de cartão. **Folha de S. Paulo**, 02 fev 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0202200802.htm>. Acesso em: 07 fev. 2022.

SENN, Ricardo. Decotelli diz a interlocutores que caiu por mistura de 'racismo e anti bolsonarismo'. **BBC**. 06 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53312912>. Acesso: 06 fev. 2023.

SILVA, Franco Alves da. **O racismo de Jair Bolsonaro: origens e consequências**. **Nexo**, 17 nov. 2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2020/O-racismo-de-Jair-Bolsonaro-origens-e-consequ%C3%Aancias>. Acesso: 09 fev. 2023.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. São Paulo: LeYa, 2021.

Sobre os autores

Olivia Cristina Perez  

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (UNESP) em Araraquara (SP). Mestra em Sociologia e doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI), onde atua no Centro de Ciências Humanas e Letras e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PGCP). Bolsista de Produtividade do CNPq - Nível 2.

Email: oliviaperez@ufpi.edu.br

Lucas Pereira Nunes  

Estudante em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Integrante do grupo de pesquisa "O que querem os movimentos feministas, antirracistas e a favor dos direitos para a população LGBTQIA+? Compreensões sobre as desigualdades sociais e como mitigá-las" da UFPI. Email: lucasnunes3d@hotmail.com

Libni Milhomem Sousa  

Graduado em Administração pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA) e em Biblioteconomia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestre em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal do Sergipe (UFS). Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) em Fazendinha (PI). Membro do Grupo de Pesquisa Democracia e Marcadores Sociais da Diferença da UFPI. Email: libnichaves@hotmail.com

Rogério de Oliveira Araújo  

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e em História pela Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR). Mestre em Ciência Política e doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Grupo de Pesquisa Democracia e Marcadores Sociais da Diferença da UFPI. Email: rogeroliveira373@outlook.com